



57% das empresas acham corrupção muito comum

Eurobarómetro. Nove em cada dez empresas em Portugal, Itália e Grécia dizem que subornos são prática generalizada entre políticos

VALENTINA MARCELINO

Mais de metade (57%) das empresas nacionais consideram a corrupção um “problema muito comum” nos negócios em Portugal, segundo constatou o inquérito Empresas e Corrupção, realizado pelo Eurobarómetro, da Comissão Europeia. De acordo com este relatório, em que foram entrevistadas 301 empresas, outras 33% acham que a corrupção é uma prática “relativamente comum”.

A relação entre o mundo dos negócios e os políticos nas aquisições públicas foi um dos alvos em foco neste inquérito, solicitado pelo diretor dos Assuntos Internos da Comissão Europeia. Nesta matéria, Portugal surge em grande destaque, em terceiro lugar entre os 27 Estados membros da União Europeia, com 91% a admitirem que o suborno e o abuso de poder, para favorecimento pessoal, estão disseminados entre políticos, representantes nacionais ou altos diri-

gentes nacionais. Portugal só é ultrapassado pela Itália (96%) e pela Espanha (95%).

Para 42% dos inquiridos as “especificações feitas à medida de determinadas empresas” são uma prática “muito comum” nos pro-

COMBATE

SUBORNO

► **Apenas 21%** das empresas inquiridas em Portugal consideram que as pessoas e as empresas apanhadas pelo suborno de um alto funcionário são adequadamente punidas. No resto da Europa, a média é de 29%.

PUNIÇÃO

► **Mais de metade** das empresas inquiridas (51%) acham que as pessoas e as empresas apanhadas pela prática de pequena corrupção são adequadamente punidas. Na UE a média é de 46%.

cessos de adjudicação de um contrato público”, enquanto a média europeia se fica pelos 23%. Também 37% das empresas (contra 14% da média europeia) afiançam que é a prática “o abuso do argumento da urgência para justificar a utilização de procedimentos não competitivos” (ajustes diretos) que mais atinge os concursos públicos.

Por outro lado, quando questionadas sobre as práticas de corrupção mais comuns no País, as empresas, 35% responderam que era o “financiamento a partidos políticos em troca de contratos públicos ou de influência na elaboração de políticas”.

No entanto, os procedimentos que mereceram a percentagem mais elevada de escolha foi o “favorecimento de amigos e familiares em instituições públicas” (48%) e em “negócios” (46%).

A amostra de empresas incluiu seis sectores fundamentais: saúde, eletrónica, automóveis, construção civil, telecomunicações e o sector financeiro e da banca.